

Sumário Executivo de Medida Provisória

Medida Provisória nº 1.040, de 2021.

Publicação: DOU de 30 de março de 2021.

Ementa: Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Resumo das Disposições

A Medida Provisória (MPV) nº 1.040, de 29 de março de 2021, é composta por trinta e quatro artigos.

O art. 1º da Medida Provisória informa o objeto da MPV que dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos – Sira, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

No que se refere à facilitação para abertura de empresas o art. 2º da Medida Provisória altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes e os procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

O parágrafo único do art. 2º foi desdobrado em §§ 1º e 2º. O § 1º prevê que compete ao Ministro da Economia ser o responsável por presidir o Comitê Gestor de administração da Redesim, em substituição ao Ministro de Estado do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para Ministério da Economia, conforme regulamento. O § 2º prevê que a composição, a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor serão definidos em regulamento, que contemplará representação dos órgãos e das entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas e no processo de licenciamento e autorizações de funcionamento.

O *caput* do art. 4º estabelece que os órgãos e as entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresas, no âmbito de suas competências, deverão manter à disposição dos usuários, de forma gratuita, por meio presencial e da internet, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias sobre as etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas e licenciamento e autorizações de funcionamento, de modo a fornecer ao usuário clareza quanto à documentação exigível e à viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou inscrição. Foram incluídas as expressões “de forma gratuita”, “licenciamento e autorizações de funcionamento”, bem como “viabilidade locacional, de nome empresarial, de registro, de licenciamento ou inscrição”.

Foi incluído o art. 5º-A prevendo no *caput* que ato do Poder Executivo federal disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º. O § 1º determina que na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará ao Comitê Gestor da Redesim. O § 2º por sua vez prevê que os atos públicos de liberação relativos à operação de estabelecimento empresarial terão vigência indeterminada, exceto quando houver risco, o que será fundamentado em ato da autoridade competente.

O art. 6º foi modificado para prescrever que sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.874, de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A, o alvará de



funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do Comitê Gestor da Redesim. De acordo com o § 1º, o alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio. O § 2º determina que no termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial. O § 3º estabelece que o Comitê Gestor da Redesim comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, hipótese na qual o sistema aplicará a classificação respectiva em vez da estabelecida pelo Comitê Gestor da Redesim na forma prevista no *caput* do art. 5º-A. O § 4º determina que a emissão automática de que trata o *caput* não obsta a fiscalização dos órgãos ou das entidades estaduais, distritais ou municipais competentes.

Foi incluído o art. 11-A, conforme o qual não poderão ser exigidos, no processo de registro de empresários e pessoas jurídicas realizado pela Redesim: I – dados ou informações que constem da base de dados do Governo federal; e II – coletas adicionais à realizada no âmbito do sistema responsável pela integração, a qual deverá bastar para a realização do registro e das inscrições, inclusive no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, e para a emissão das licenças e dos alvarás para o funcionamento do empresário ou da pessoa jurídica. O parágrafo único determina que a inscrição fiscal federal no CNPJ dispensa a necessidade de coleta de dados adicionais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e a Fazenda Pública da União permutará as informações cadastrais fiscais com os entes federativos respectivos.



O art. 3º da Medida Provisória promove alterações na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que *dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências*. No art. 4º, X, inclui-se, entre as atribuições do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei), a competência para instruir, examinar e encaminhar os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País por sociedade estrangeira, ressalvada a competência de outros órgãos federais.

No art. 35 está previsto no inciso III que é proibido o arquivamento dos atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa. Além disso, no inciso V proíbe-se o arquivamento dos atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente. O § 1º prevê que o registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções ocorrerá independentemente de autorização governamental prévia e que os órgãos públicos deverão ser informados pela Redesim a respeito dos registros sobre os quais manifestarem interesse. O § 2º estabelece que eventuais casos de colidência entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Foi acrescentado art. 35-A permitindo que o empresário ou a pessoa jurídica possa optar por utilizar o número de inscrição no CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei.

Foi dada nova redação ao art. 56 para prever que os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57, o qual estabelece que quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento. O parágrafo único determina que antes da eliminação, será



concedido o prazo de trinta dias para os acionistas, diretores e procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.

Foi modificada a redação do art. 63 para prever que os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

O art. 64 passa a prescrever que a certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou o aumento do capital.

O art. 4º da Medida Provisória estabelece que os órgãos, as entidades e as autoridades competentes disporão do prazo de sessenta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, para se adequar às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 2007, de que trata o art. 2º. O § 1º dispõe que compete ao Ministério da Economia notificar os órgãos, as entidades e as autoridades competentes quanto às alterações promovidas na Lei nº 11.598, de 2007, no prazo de cinco dias úteis, contado da data de publicação da Medida Provisória. O § 2º assegura aos Municípios o direito de denunciar, a qualquer tempo, a sua adesão por meio do consórcio de que trata o art. 2º da Lei nº 11.598, de 2007. O § 3º assegura aos integradores estaduais o direito de solicitar a sua substituição por outro órgão ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória. O § 4º estabelece que na hipótese prevista no § 3º ou de descumprimento das normas da Redesim pelo integrador estadual, o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios definirá o órgão que assumirá a função de integrador estadual.

No Capítulo III, que trata da Proteção de Acionistas Minoritários, o art. 5º da Medida Provisória altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que *dispõe sobre as Sociedades por Ações*.



No art. 122, que trata da competência privativa da assembleia geral, são incluídas as seguintes competências: VIII – deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; IX – autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; e X – deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre: *a*) a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e *b*) a celebração de transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de relevância a serem definidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O parágrafo único estabelece que em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria.

No art. 124 foi previsto que na primeira convocação da assembleia geral na companhia aberta, o prazo de antecedência será de 30 (trinta) dias e o da segunda convocação será de 8 (oito) dias. No § 5º está previsto que a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia: I – declarar quais documentos e informações relevantes para a deliberação da assembleia geral não foram tempestivamente disponibilizados aos acionistas e determinar o adiamento da assembleia por até 30 (trinta) dias, contado da data de disponibilização dos referidos documentos e informações aos acionistas.

O art. 138 no § 3º veda, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia. O § 4º prevê que a CVM poderá excepcionar a vedação de que trata o § 3º para as companhias com menor faturamento, nos termos de sua regulamentação.

O § 1º do art. 140 faculta ao estatuto prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta,



organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam. O § 2º estabelece que na composição do conselho de administração das companhias abertas, é obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela CVM.

O Art. 6º Medida Provisória possibilita à CVM estabelecer regras de transição para as obrigações decorrentes do disposto no Capítulo.

O Capítulo IV da Medida Provisória trata da Facilitação do Comércio Exterior. A Seção I cuida das licenças, autorizações ou exigências administrativas para importações ou exportações.

O art. 7º da Medida Provisória veda aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta estabelecer limites aos valores de mercadorias ou de serviços correlatos praticados nas importações ou nas exportações ou deixar de autorizar ou de licenciar operações de importação ou de exportação em razão dos valores nelas praticados. O parágrafo único prevê que o disposto no *caput* não se aplica aos regulamentos ou aos procedimentos de natureza tributária ou aduaneira de competência da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

O art. 8º da Medida Provisória estabelece que será provida aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior solução de guichê único eletrônico por meio do qual possam encaminhar documentos, dados ou informações aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta como condição para a importação ou exportação de bens a ponto único acessível por meio da internet. O § 1º prescreve que o órgão ou a entidade responsável pela exigência administrativa, após a análise dos documentos, dos dados ou das informações recebidas por meio da solução referida no *caput*, notificará o demandante do resultado por meio do próprio guichê único eletrônico nos prazos previstos na legislação. O § 2º estabelece que a solução de que trata o *caput* deverá: I – permitir aos importadores, aos exportadores e aos demais intervenientes no comércio exterior conhecer as exigências administrativas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta para a concretização



de operações de importação ou de exportação; e II – atender ao disposto no Artigo 10, parágrafo 4, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio anexo ao Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018. O § 3º determina que o recolhimento das taxas impostas por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público relacionado a operações de comércio exterior ocorrerá preferencialmente por meio da solução de guichê único eletrônico a que se refere o *caput*. O § 4º estabelece que compete ao Ministério da Economia a gestão da solução de guichê único eletrônico a que se refere o *caput*.

O art. 9º da Medida Provisória veda aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta exigir o preenchimento de formulários em papel ou em formato eletrônico ou a apresentação de documentos, dados ou informações para a realização de importações ou exportações por outros meios, distintos da solução de guichê único eletrônico a que se refere o art. 8º. O § 1º prevê que o disposto no *caput* não se aplica: I – quando, em razão de circunstâncias técnicas ou operacionais excepcionais relacionadas a determinada exportação ou importação, não for possível o uso da solução de guichê único a que se refere o art. 8º; e II – aos procedimentos de habilitação, de registro ou de certificação de estabelecimentos, produtos ou processos produtivos relacionados com o comércio doméstico ou de modo análogo a este. O § 2º determina que as exigências vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

O art. 10 da Medida Provisória veda aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta a imposição de exigência de licença ou de autorização sobre importação ou exportação em razão de características das mercadorias, quando não estiverem previstas em ato normativo. O parágrafo único prescreve que as exigências de que trata o *caput* vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão revisadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.



A seção II dispõe sobre o comércio exterior de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

O art. 11 da Medida Provisória altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). O art. 25 prevê que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ressalvada a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, compartilharão com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia dados e informações relativos às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados. O § 1º prevê que o compartilhamento de que trata o *caput*: I – será realizado nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal; II – observará os requisitos de sigilo e segurança da informação previstos em lei; III – poderá abranger dados e informações obtidos: *a)* no cumprimento de obrigações tributárias acessórias; *b)* na realização de operações no mercado de câmbio; e *c)* em pesquisas realizadas para produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística; e IV – observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. O § 2º estabelece que Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública federal direta e indireta que detiver os dados e as informações estabelecerá as regras complementares para o compartilhamento de que trata o *caput*.

O art. 26 prevê que os dados e as informações de que trata o art. 25 serão utilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia para a elaboração e a compilação de dados estatísticos e para o exercício de outras competências institucionais definidas em ato do Poder Executivo federal.



O art. 27 estabelece que Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá normas complementares ao cumprimento do disposto nos art. 24 ao art. 26.

A seção III cuida da origem não preferencial.

O art. 12 da Medida Provisória altera o art. 29 da Lei citada para prever que as investigações de defesa comercial sob a competência da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia serão baseadas na origem declarada do produto. O art. 31, § 1º, I, da Lei citada passa a prever que: *h*) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; *i*) bens obtidos no espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e *j*) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas “a” a “i”. O § 2º estabelece que se entende ter passado por transformação substancial, para fins do disposto no art. 28 ao art. 45: I – o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária (primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias – SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º; ou II – o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder cinquenta por cento do valor *Free on Board* – *FOB* do produto, ressalvado o disposto no § 3º. O § 3º diz que não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território pelo qual adquira a forma final em que será comercializado quando, na operação ou no processo, for utilizado material não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos



equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32. O § 4º estabelece que caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor *FOB*.

O art. 34 prevê no inciso V referência ao índice de materiais não originários utilizados na obtenção do produto. O § 1º estabelece que a apresentação das informações a que se refere o *caput* não exclui a possibilidade de realização de diligência ou fiscalização nos estabelecimentos do produtor estrangeiro, do importador ou do exportador. O § 3º prevê que na hipótese de o produtor estrangeiro, o exportador ou o importador negar acesso às informações referidas neste artigo, não as fornecer tempestivamente ou criar obstáculos ao procedimento de verificação de origem não preferencial, a mercadoria será presumida como originária do país gravado com a medida de defesa comercial que motivou a abertura de investigação de origem não preferencial.

O art. 36 dispõe que compete à Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia realizar a verificação de origem não preferencial, por meio da apresentação de denúncia ou de ofício, quando houver indícios da não observância ao disposto nos art. 31, art. 32 e art. 34. O § 1º diz que iniciado o procedimento de verificação de origem não preferencial, o produtor estrangeiro será notificado para a apresentação das informações de que trata o art. 34. O § 2º prescreve que a origem determinada pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia com a conclusão do procedimento de verificação de origem não preferencial será aplicada a todas as importações de mercadorias idênticas do mesmo exportador ou produtor. O § 3º dispõe que a Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia poderá rever a origem a que se refere o § 2º por meio da apresentação, por parte do interessado, das



informações referidas no art. 34, de modo a demonstrar o atendimento às regras de origem não preferenciais a que se referem os art. 31 e art. 32.

O art. 40 no § 1º prevê que o importador arcará com os ônus decorrentes da devolução ao exterior dos produtos a que se refere o *caput*. No § 2º está previsto que na hipótese de restrição quantitativa relativa à aplicação de cotas, a devolução ao exterior estará limitada ao que exceder a cota.

O Capítulo V trata do sistema integrado de recuperação de ativos, no qual foi previsto no art. 13 da Medida Provisória que fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sira, constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a: I – facilitar a identificação e a localização de bens e devedores; e II – a constrição e a alienação de ativos.

O art. 14 da Medida Provisória estabelece que são objetivos do Sira: I – promover o desenvolvimento nacional e o bem-estar social por meio da redução dos custos de transação de concessão de créditos por meio do aumento do índice de efetividade das ações que envolvam a recuperação de créditos; II – conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de todas as naturezas, em âmbito nacional; III – reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados; IV – fornecer aos usuários, conforme os respectivos níveis de acesso, os dados cadastrais, os relacionamentos e as bases patrimoniais das pessoas requisitadas, de forma estruturada e organizada; e V – garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.

O art. 15 da Medida Provisória determina que são princípios do Sira: I – máxima efetividade e eficiência na identificação e na recuperação de ativos e na proteção do crédito e do credor; II – promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções tecnológicas na recuperação de créditos públicos e privados; III – racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de



tecnologia da informação e comunicações de dados, permitida a atribuição aos usuários, quando houver, dos custos de operacionalização do serviço, na forma prevista em regulamento; IV – respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e às instituições, na forma prevista em lei; e V – ampla interoperabilidade e integração com os sistemas utilizados pelo Poder Judiciário, de forma a subsidiar a tomada de decisão e racionalizar e permitir o cumprimento eficaz de ordens judiciais relacionadas à recuperação de ativos.

O art. 16 da Medida Provisória determina que Ato do Presidente da República disporá sobre: I – as regras e as diretrizes para o compartilhamento de dados e informações; II – a relação nominal das bases mínimas que compõem o Sira; III – a periodicidade com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentará ao Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça relatório sobre as bases geridas e integradas; IV – o procedimento administrativo para o exercício, na forma prevista em lei, do poder de requisição das informações contidas em bancos de dados geridos por órgãos e entidades, públicos e privados, e o prazo para atendimento da requisição, sem prejuízo da celebração de acordos de cooperação, convênios e ajustes de qualquer natureza, quando necessário; V – a forma de sustentação econômico-financeira do Sira; e VI – as demais competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do órgão central de tecnologia da informação no âmbito do Sira.

O Capítulo VI cuida das cobranças realizadas por conselhos profissionais. O art. 17 da Medida Provisória altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

O parágrafo único do art. 8º prevê que o disposto no *caput* não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.

O Capítulo VII trata da profissão de tradutor e intérprete público. O art. 18 da Medida Provisória estabelece os requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete público: I – ter capacidade civil; II – ter formação em curso superior completo em qualquer área do conhecimento; III – ser brasileiro nato ou



naturalizado; IV – ser aprovado em concurso para aferição de aptidão; V – não estar enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas na alínea “e” do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e VI – ter registro na junta comercial do local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

O art. 19 da Medida Provisória estabelece que o tradutor e intérprete público poderá se habilitar e se registrar para um ou mais idiomas estrangeiros.

O art. 20 da Medida Provisória prescreve que o cumprimento do disposto no art. 18 habilita o tradutor e intérprete público a atuar em qualquer Estado e no Distrito Federal e a manter inscrição apenas no local de seu domicílio ou de atuação mais frequente.

O art. 21 da Medida Provisória determina que o concurso para aferição de aptidão de que trata o inciso IV do *caput* do art. 18: I – será válido por prazo indefinido; II – incluirá prova escrita e prova oral, com simulação de interpretação consecutiva, para avaliar a compreensão das sutilezas e dificuldades de cada um dos idiomas; III – será organizado nacionalmente pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, com apoio das juntas comerciais dos Estados e do Distrito Federal; e IV – será regido pelas normas editadas pelo Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O art. 22 da Medida Provisória dispõe que são atividades privativas dos tradutores e intérpretes públicos: I – traduzir qualquer documento que tenha de ser apresentado em outro idioma perante pessoa jurídica de direito público interno ou serviços notariais e de registro de notas ou de títulos e documentos; II – realizar traduções oficiais, quando exigido por lei; III – interpretar e verter verbalmente, perante ente público, a manifestação de pessoa que não domine a língua portuguesa se não houver agente público apto a realizar a atividade ou se exigido por lei específica; IV – transcrever, traduzir ou verter mídia eletrônica de áudio ou vídeo, em outro idioma, certificada por ato notarial; e V – realizar, quando solicitados pela



autoridade competente, os exames necessários à verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido arguida como incompleta, imprecisa, errada ou fraudulenta. O parágrafo único estabelece que o disposto no *caput* não impede: I – a designação, pela autoridade competente, de tradutor e intérprete público *ad hoc* no caso de inexistência, impedimento ou indisponibilidade de tradutor e intérprete público habilitado para o idioma; e II – a realização da atividade por agente público: *a*) ocupante de cargo ou emprego com atribuições relacionadas com a atividade de tradutor ou intérprete; ou *b*) com condições de realizar traduções e interpretações simples e correlatas com as atribuições de seu cargo ou emprego.

O art. 23 da Medida Provisória determina que se presumem fiéis e exatas as traduções realizadas pelos tradutores e intérpretes públicos. O § 1º diz que nenhuma tradução terá fé pública se não for realizada por tradutor e intérprete público, exceto as traduções: I – feitas por corretores de navios, em sua área de atuação; II – dos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho aduaneiro; III – realizadas por agentes públicos com cargo ou emprego de tradutor ou intérprete ou que sejam inerentes às atividades do cargo ou emprego; e IV – que se enquadrem nas hipóteses previstas em ato do Poder Executivo federal. O § 2º estabelece que a presunção de que trata o *caput* não afasta: I – a obrigação de o documento na língua original acompanhar a sua respectiva tradução; e II – a possibilidade de ente público ou qualquer interessado impugnar, nos termos estabelecidos nas normas de processo administrativo ou de processo judicial aplicáveis ao caso concreto, a fidedignidade ou exatidão da tradução.

O art. 24 da Medida Provisória determina que os tradutores e intérpretes públicos que realizarem traduções incompletas, imprecisas, erradas ou fraudulentas estarão sujeitos às seguintes sanções, além de eventual responsabilização civil e criminal: I – advertência; II – suspensão do registro por até um ano; e III – cassação do registro, vedada nova habilitação em prazo inferior a quinze anos. O parágrafo único esclarece que a dosimetria da pena considerará: I – as punições recebidas pelo tradutor e intérprete público nos últimos dez anos; II – a existência ou não de má-fé; e III – a gravidade do erro ou a configuração de culpa grave.

O art. 25 da Medida Provisória determina que o processo administrativo contra os tradutores e intérpretes públicos seguirá o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O art. 26 da Medida Provisória prescreve que o processo administrativo será processado e julgado pela junta comercial do Estado ou do Distrito Federal no qual o tradutor e intérprete público estiver inscrito. O parágrafo único prevê que caberá recurso da decisão da junta comercial ao Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, que decidirá em última instância.

O art. 27 da Medida Provisória prevê que os tradutores públicos e intérpretes comerciais que, na data de entrada em vigor desta Medida Provisória, já estavam habilitados na forma prevista no regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, poderão continuar a exercer as atividades no território nacional, nos termos do disposto no Capítulo.

O art. 28 da Medida Provisória estabelece que o tradutor e intérprete público poderá optar por se organizar na forma de sociedade unipessoal.

O art. 29 da Medida Provisória determina que os tradutores e intérpretes públicos poderão realizar os seus atos em meio eletrônico, atendido o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

O art. 30 da Medida Provisória prevê que o Diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares para a execução do disposto no Capítulo.

O capítulo VIII cuida da obtenção de eletricidade. O art. 31 da Medida Provisória determina que *na* execução de obras de extensão de redes aéreas de distribuição de responsabilidade da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a licença ou autorização para realização de obras em vias públicas, quando for exigida e não houver prazo estabelecido pelo Poder Público local, será emitida pelo órgão público competente no prazo de cinco



dias úteis, contado da data de apresentação do requerimento. O § 1º estabelece que na hipótese de não haver decisão do órgão competente após o encerramento do prazo estabelecido no *caput* ou na legislação local, a concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica ficará autorizada a realizar a obra em conformidade com as condições estabelecidas no requerimento apresentado, observada a legislação aplicável. O § 2º dispõe que na hipótese de descumprimento das condições estabelecidas no requerimento ou na legislação aplicável, o órgão público poderá cassar, a qualquer tempo, a licença ou autorização a que se refere o § 1º, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório à concessionária ou permissionária. O § 3º prevê que o disposto no artigo aplica-se exclusivamente às solicitações de conexão em área urbana, com potência contratada de até 140 kVA (cento e quarenta quilovoltampere), cuja distância até a rede de distribuição mais próxima seja de, no máximo, cento e cinquenta metros e onde não haja a necessidade de realização de obras de ampliação, reforço ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica existente.

O capítulo IX trata da prescrição intercorrente. O art. 32 da Medida Provisória altera a Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil, para prever no art. 206-A que a prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão.

O capítulo X cuida das disposições finais. O art. 33 da Medida Provisória dispõe que ficam revogados: I – o Decreto nº 13.609, de 1943; II – o Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945; III – a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953; IV – o art. 1º da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955; V – o art. 1º da Lei nº 2.698, de 27 de dezembro de 1955; VI – a Lei nº 2.807, de 28 de junho de 1956; VII – a Lei nº 2.815, de 6 de julho de 1956; VIII – o art. 1º da Lei nº 3.053, de 22 de dezembro de 1956; IX – a Lei nº 3.187, de 28 de junho de 1957; X – a Lei nº 3.227, de 27 de julho de 1957; XI – a Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964; XII – os art. 14 e art. 15 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966; XIII – o art. 15 do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969; XIV – o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969; XV – a parte do art. 1º do Decreto-Lei nº 687, de 18 de julho de 1969, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 1969; XVI – o art. 2º da Lei

nº 6.137, de 7 de novembro de 1974; XVII – o Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de agosto de 1975; XVIII – o Decreto-Lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1975; XIX – o parágrafo único do art. 140 da Lei nº 6.404, de 1976; XX – o Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979; XXI – a Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985; XXII – a Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988; XXIII – o art. 5º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991; XXIV – os seguintes dispositivos da Lei nº 8.934, de 1994: *a)* o inciso IV do *caput* e o parágrafo único do art. 35; *b)* o inciso III do *caput* do art. 37; *c)* o art. 58; e *d)* o art. 60; XXV – os seguintes dispositivos da Lei nº 11.598, de 2007: *a)* o parágrafo único do art. 2º; e *b)* os § 1º ao § 4º do art. 4º; XXVI – os seguintes dispositivos da Lei nº 12.546, de 2011: *a)* os § 3º ao § 6º do art. 25; *b)* os § 1º ao § 4º do art. 26; *c)* o art. 37; e *d)* o parágrafo único do art. 40.

O art. 34 Medida Provisória prevê que ela entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos: I – trezentos e sessenta dias, contado da data de sua publicação, quanto à parte do art. 5º que altera o § 3º do art. 138 da Lei nº 6.404, de 1976; II – no primeiro dia útil do primeiro mês após a data de sua publicação, quanto aos art. 8º ao art. 12 e incisos III ao XV, XVII, XXII e XXVI do *caput* do art. 33; III – noventa dias, contado da data de sua publicação, quanto ao art. 7º; e IV – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 31 de março de 2021.

Leonardo Garcia Barbosa
Consultor Legislativo

